

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 545.965 - SP (2019/0343014-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : SOLANGE KORBAGE
ADVOGADO : SOLANGE KORBAGE - SP071122
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCIO GOMES DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. FURTO. USO DE DOCUMENTO FALSO. DOSIMETRIA. ELEVAÇÃO DA PENA NA PRIMEIRA FASE EM 1/6. CONCRETA FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. SEGUNDA FASE. EXASPERAÇÃO EM 1/2. RÉU DUAS VEZES REINCIDENTE. CONCRETA FUNDAMENTAÇÃO NA SENTENÇA. Ordem denegada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Márcio Gomes de Oliveira**, em que se aponta como autoridade coatora o Sétimo Grupo Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Na Ação Penal n. 0097527-50.2010.8.26.0050, o paciente foi condenado, pelo Juízo da 21ª Vara Criminal da comarca de São Paulo, como incurso nos arts. 155, § 4º, IV, e 304, c/c o art. 297, na forma do art. 69, todos do Código Penal, à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, e 26 dias-multa (fls. 36/44).

Em sede de revisão criminal (n. 0023816-50.2019.8.26.0000), a defesa alegou que houve erro nos cálculos da dosimetria. O Sétimo Grupo Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo não conheceu do recurso.

No presente *writ*, a defesa aponta ilegalidade na dosimetria. Afirmar ser excessiva a elevação da pena-base em 1/2 e que a mesma ocorrência atinge a aplicação do disposto no art. 69 do Código Penal (concurso de crimes). Aduz que é devida a compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea.

Decisão deste Relator indeferindo a liminar (fls. 51/52).

Superior Tribunal de Justiça

Parecer ministerial opinando pela denegação da ordem (fls. 55/57).

É o relatório.

Na sentença, esta foi a dosimetria feita para o paciente (fls. 42/43):

[...]

Atentando aos critérios norteadores da fixação das penas previstos no artigo 59, do Código Penal, observo que o réu é duas vezes reincidente, conforme FA de fls. 65/66 e certidões cartorárias de fls. 273 (crime de roubo perante a 27ª Vara Criminal da Capital) e fls. 275 (crime de lesão corporal culposa perante a 1ª Vara Criminal do Foro Regional de Santo Amaro). Entretanto, inicialmente, atento para as circunstâncias judiciais de audácia do réu, personalidade desvirtuada, acomodação na marginalidade, grande organização para elaboração de golpe com várias nuances e tentáculos de difícil detecção, inclusive com cooptação de funcionários da própria instituição bancária em cargos de gerência. Também considero o elevado prejuízo financeiro para o Banco, que teve que ressarcir a vítima, e o grande dissabor para o ofendido, que teve o ônus de regularizar seus documentos e tomar medidas administrativas para restabelecer seu crédito. Elevo em um sexto as penas mínimas previstas para os tipos penais em que incorreu e obtenho os resultados de DOIS ANOS E QUATRO MESES DE RECLUSÃO E ONZE DIAS-MULTA, pelo delito de furto, e DOIS ANOS E QUATRO MESES DE RECLUSÃO E ONZE DIAS-MULTA, pelo uso de documento público falso; certo que a reincidência será considerada na próxima etapa.

[...]

Não houve excesso na fixação da pena-base na fração de 1/6 acima do piso mínimo (pena fixada em 2 anos e 4 meses de reclusão, e 11 dias-multa, por furto, e 3 anos e 6 meses de reclusão, e 16 dias-multa, pelo uso de documento falso).

Verifica-se dos autos que o Magistrado apresentou concreta motivação, ou seja, o prejuízo financeiro para o banco, que precisou pagar à vítima; o fato de o ofendido ter que regularizar os seus documentos e tomar medidas administrativas para voltar a ter crédito, a audácia do paciente e a elaboração do golpe, com várias nuances e tentáculos de difícil detecção, inclusive com ajuda de funcionários da própria instituição bancária. Inexistente qualquer ilegalidade nesse ponto.

Nas demais fases, assim se posicionou o Magistrado (fl. 42):

[...]

Na segunda fase de fixação da pena, porque o réu é birreincidente, elevo em metade as penas consideradas e obtenho os resultados de TRÊS ANOS E SEIS MESES DE RECLUSÃO E DEZESSEIS DIAS-MULTA, pelo furto, e TRÊS ANOS E SEIS MESES DE RECLUSÃO E DEZESSEIS DIAS-MULTA, pelo

Superior Tribunal de Justiça

uso de documento falso.

Todavia, o réu confessou os fatos, criando em seu favor a atenuante genérica prevista no artigo 65, inciso III, alínea d, do Código Penal (RT 841/583). Por ser assim, reduzo as penas em um sexto e obtenho os resultados de DOIS ANOS E ONZE MESES DE RECLUSÃO E TREZE DIAS-MULTA, pelo furto, e DOIS ANOS E ONZE MESES DE RECLUSÃO E TREZE DIAS-MULTA, pelo uso de documento falso, o que torno definitivo à míngua de outras circunstâncias que interfiram no cálculo.

Mediante mais de uma ação, o réu praticou dois crimes diferentes, razão pela qual somo as penas dos crimes em que incorreu, na forma do artigo 69 do Código Penal, e obtenho o total de CINCO ANOS E DEZ MESES DE RECLUSÃO E VINTE E SEIS DIAS-MULTA.

[...]

Na segunda fase, também não se verifica ilegalidade. A pena foi elevada em 1/2, em razão de o réu ser duas vezes reincidente, e depois reduzida de 1/6, pela atenuante de confissão espontânea. Aqui, entendo que o Magistrado também agiu com acerto, pois se trata de duas condenações transitadas em julgado. Esta Corte somente deverá intervir na dosimetria da pena quando visível algum constrangimento ilegal, o que não ocorre na hipótese dos autos.

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator